

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 13 | Número 2 | Julho – Dezembro 2019
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

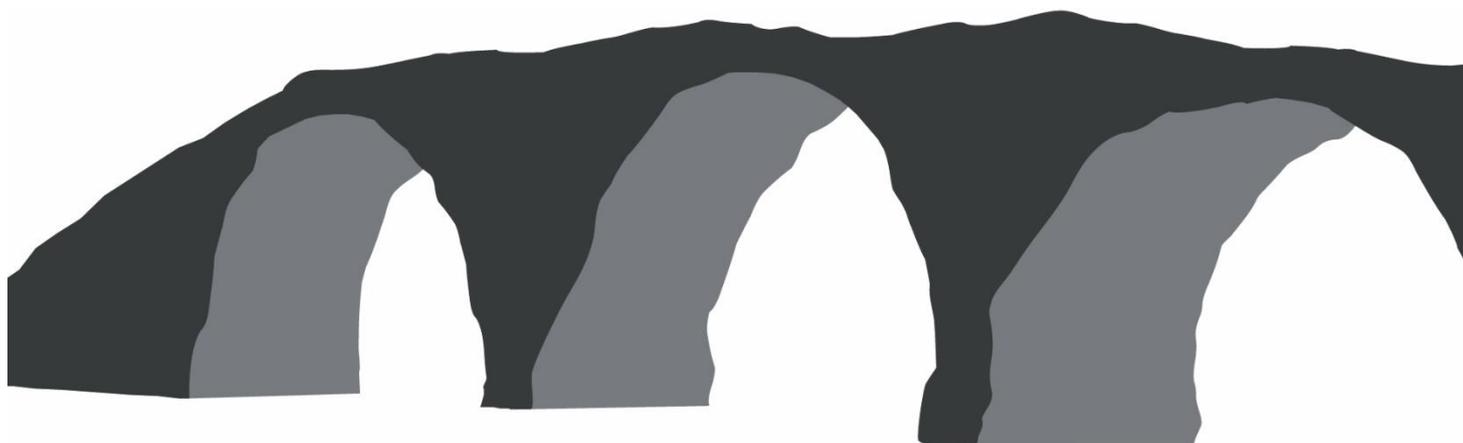
CAMBEDO, 1946: CARTA SOBRE O ACHAMENTO DE PORTUGAL

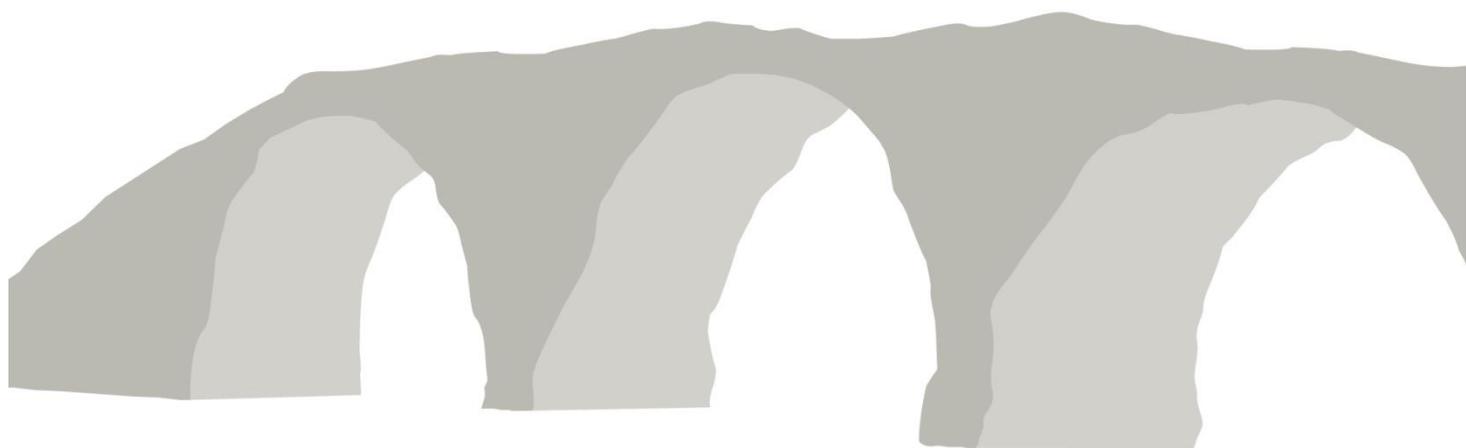
CAMBEDO, 1946: CARTA DEL DESCUBRIMIENTO DE PORTUGAL

CAMBEDO, 1946: LETTER ON THE DISCOVERY OF PORTUGAL

Rui Gomes Coelho

Xurxo Ayán Vila





Data de recebimento: 12/10/2019.

Data de aceite: 27/11/2019.

CAMBEDO, 1946: CARTA SOBRE O ACHAMENTO DE PORTUGAL

CAMBEDO, 1946: CARTA DEL DESCUBRIMIENTO DE PORTUGAL

CAMBEDO, 1946: LETTER ON THE DISCOVERY OF PORTUGAL

Rui Gomes Coelho¹

Xurxo Ayán Vila²

RESUMO

Portugal deixou de ter colônias em 1975, mas, apesar disso, continua a ser constituído por relações de poder coloniais. De que modo pode a arqueologia contribuir para desconstruir a ideia de um estado-nação como o que encontramos na narrativa hegemônica que dá forma ao Portugal de hoje? Responderemos a esta questão com um método genealógico, conectando discussões contemporâneas sobre a descolonização do espaço público à forma como historicamente se resistiu à integração da raia no estado-nação no caso de Cambedo, uma comunidade rural em Trás-os-Montes. A nossa análise será feita através de três descobertas — do presente, da fronteira e da modernidade — através das quais revelaremos eventos e conexões historicamente obscurecidas.

Palavras-chave: Arqueologia Contemporânea, Descolonização, Portugal, Cambedo, Estado-Nação.

¹ Joukowsky Institute for Archaeology and the Ancient World. Brown University, Box 1837, Rhode Island Hall, 60 George St., Providence, RI 02912, EUA. UNIARQ—Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. E-mail: rui_gomes_coelho@brown.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3936-1722>.

² Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal. xurxoayan@fcsh.unl.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2124-5210>.

ABSTRACT

Portugal ceased to have colonies in 1975 but continues to be constituted by colonial power relations. How can archaeology help deconstruct the idea of a nation-state as it appears in the hegemonic narrative that shapes today's Portugal? We address this question with the genealogical method, which shall connect contemporary struggles over the decolonization of the public space with historical resistance to nation-state integration at the borderlands in Cambedo, a rural community in Trás-os-Montes. The emphasis reveals otherwise obfuscated historical events and connections, which we call 'discoveries' of the present, the border, and modernity.

Keywords: Contemporary Archaeology, Decolonization, Portugal, Cambedo, Nation State.

RESUMEN

Portugal dejó de tener colonias en 1975, pese a lo cual sigue estando constituido por relaciones de poder coloniales. ¿De qué modo la Arqueología puede contribuir para deconstruir la idea de un Estado nación como el que nos encontramos en la narrativa hegemónica que le da forma al Portugal de hoy? Responderemos a esta cuestión con un método genealógico, vinculando discusiones contemporáneas sobre la descolonización del espacio público a la forma en la que se restituyó la integración de la frontera en el Estado nación en el caso de Cambedo, una comunidad rural en Trás-os-Montes. Nuestro análisis será realizado sobre tres descubrimientos –el presente, la frontera y la modernidad- a través de los cuales revelaremos eventos y conexiones históricamente oscurecidas.

Palabras clave: Arqueología Contemporánea, Descolonización, Portugal, Cambedo, Estado Nación.

INTRODUÇÃO

Apesar de terem decorrido mais de quatro décadas desde o fim do império, Portugal ainda não foi descolonizado (Coelho, 2019). Em 2018, a emergência de uma discussão no espaço público sobre a criação de um “Museu da Descoberta” expôs as contradições de uma narrativa hegemônica sobre a história de Portugal, que tem as suas origens no liberalismo do século XIX, mas que se desenvolveu e consolidou durante o Estado Novo (1933-1974). De acordo com essa narrativa, Portugal promoveu uma colonização exemplar através de um processo de descobrimentos marítimos e de miscigenação com outros povos. Um outro elemento fundamental dessa narrativa é a de que Portugal é um país pacífico e de brandos costumes, cujo território europeu esteve fundamentalmente em paz durante o século XX (Castelo, 1999; Loff, 2015; Madeira *et al*, 2007; Rosas, 2016).

Essa narrativa, que se manteve largamente inquestionada depois da revolução de 1974 (Cf. Pereira & Araújo, 2017), é contradita pela irrupção de comunidades historicamente marginalizadas no espaço público. Este processo tem vindo a acontecer desde 2016 através da crescente visibilidade da comunidade afrodescendente, particularmente na região de Lisboa (Henriques, 2016; Ba & Roldão, 2017). A comunidade questiona o lugar que lhe tem sido reservado, o de minoria externa ao corpo da nação. Entre várias iniciativas, as organizações de afrodescendentes propuseram a construção de um memorial da escravidão na capital e, juntamente com outros grupos, questionaram a legitimidade de um museu que celebre o império.

A emergência de uma discussão em torno dessa ideia de museu é em si mesma uma forma de apagamento da memória da violência que jaz nas fundações do estado-nação moderno. Isso significa que a narrativa hegemônica sobre Portugal não está sendo questionada em encontros coloniais, como durante as guerras de libertação em África nas décadas de 1960 e 1970. Perante um país que permanece sem descolonizar, essa narrativa é confrontada na metrópole e a partir das margens. A colonialidade das relações de poder que sustentam a narrativa hegemônica revela-se em Lisboa, onde grupos afrodescendentes lutam pelo espaço público, mas também em comunidades rurais historicamente marginalizadas, que só recentemente foram incorporadas no estado-nação.

Para Aníbal Quijano (2007), as estruturas de poder que advieram da repressão e expropriação coloniais – de recursos económicos e de modos de produção de conhecimento – deram corpo às linhas que hoje demarcam categorias raciais, étnicas e nacionais. A maioria das comunidades que são hoje exploradas no sistema-mundo capitalista pertencem a categorias sociais que se confundem com as populações colonizadas a partir do século XV. As relações de poder subjacentes ao projeto colonial emergiram paralelamente e em articulação com o estado-moderno na própria Europa (Cf. Scott, 1998). O projeto colonial transmutou-se em relações de colonialidade que continuam a permear as sociedades contemporâneas, particularmente na forma como produzimos conhecimento, modos de significação ou instrumentos de expressão intelectual (Quijano, 2007, p. 169).

Considerando que a colonialidade do poder permanece em espaços, corpos e objetos (Stoler, 2016), perguntamos: de que modo pode a arqueologia contribuir para desconstruir a ideia de um estado-nação como o que encontramos na narrativa hegemônica que dá forma ao Portugal de hoje? Neste artigo faremos um exercício de genealogia epistêmica. Partindo das questões politicamente relevantes para as pessoas que vivem nas margens, navegaremos através de vários estratos de relações de poder que definem o presente. Esta

sobreposição corresponde à formação do estado-nação nos últimos 150 anos e também a contextos arqueológicos que dão corpo a esse longo processo.

O método genealógico aqui proposto é inspirado por Michel Foucault (1977), para quem a investigação genealógica não se trata simplesmente de um método de pesquisa sobre o passado. Pelo contrário, o projeto genealógico foucauldiano pressupõe a rejeição de explicações teleológicas da experiência humana, em que os acontecimentos são retrospectivamente entendidos como inevitáveis e se marginalizam as alternativas que se desenharam em cada momento. Desse modo, importa encontrar os momentos de ruptura em discursos e práticas de poder que levaram a transformações sociais mais alargadas. O mundo podia ter sido muito diferente, e por isso interessa-nos saber em que circunstâncias específicas se concretizaram mudanças na direção do nosso presente. Enquanto disciplina focada nas coisas que conformam a vida quotidiana de indivíduos e grupos, a arqueologia é um campo privilegiado para o método genealógico que propomos.

Para responder à questão enunciada, abordaremos a chamada “guerra de Cambedo”, que em Dezembro de 1946 opôs um grupo de guerrilheiros galegos às autoridades dos estados português e espanhol na fronteira entre Trás-os-Montes e a Galiza. Desde logo, esse confronto correspondeu a um programa de repressão da insurgência antifascista que varreu Espanha e a raia portuguesa logo depois da vitória franquista na Guerra Civil espanhola (1936-1939) (Maíz, 1990; Heine, 1992; Godinho, 2004; Cortón, 2004). Por outro lado, os eventos de 1946 são parte do estabelecimento da soberania do estado-nação sobre uma região marginal do ponto de vista territorial, social e político. Tal processo foi tomando forma com o liberalismo no século XIX e materializou-se num regime sensorial característico da modernidade que pode ser observado através dos seus traços materiais (Cf. Coelho, 2017).

Como nos lembra Michel-Rolph Trouillot, as relações de poder presentes em narrativas históricas começam por se manifestar nas próprias fontes, assim como na produção e seleção de factos. Nesse processo, a produção de evidência é também a produção de silêncio (Trouillot, 1995, p. 29). O país dos “descobrimientos” com que nos deparamos hoje é o negativo de um outro país silenciado. Se olharmos para o passado colonial e para a integração violenta da raia transmontana no estado-nação desde a narrativa que conforma hoje o espaço público, tudo nos parecerá inevitável. Neste presente, a resistência à homogeneização nacional ou a demanda de um país diverso por afrodescendentes podem ser atos ininteligíveis. Todavia a configuração social e política do nosso tempo está ensombrada pelos traços materiais de várias alternativas; de narrativas e histórias que foram interrompidas ou que emergem neste preciso momento a partir das suas margens (Trouillot, 1995). Essa materialidade – os corpos de sujeitos racializados ou os vestígios da “guerra de Cambedo” – interpela-nos e convida-nos a questionar as relações de colonialidade que permeiam o presente.

O método genealógico que propomos será feito através de três descobertas: do presente, da fronteira, e da modernidade. A análise começará com uma apreciação crítica das discussões que aconteceram em torno do “Museu da Descoberta” em 2018, ano em que a sociedade portuguesa foi simultaneamente confrontada com o tema da descolonização e com a história de Cambedo. Depois, passaremos à análise dos eventos de 1946 em Cambedo, quando o estado português impôs a sua soberania sobre a fronteira com recurso a fogo de morteiro. A descoberta da violência militar em Cambedo e a descoberta da sua materialidade em 2018 são evocativas da violência colonial em paragens distantes. Finalmente, estudaremos a forma como a comunidade de Cambedo negociou a integração no regime sensorial do estado-nação através do consumo de cerâmicas.

No centro da nossa atenção estará a casa de Albertina Tiago em Cambedo, destruída por granadas de morteiro em 1946. Albertina nasceu em 1895 numa família camponesa e tinha quatro irmãs, das quais apenas

três chegaram à idade adulta (Figura 1). Nunca casou nem teve filhos e, em 1946, vivia na casa da rua Central que foi atingida pelo exército português. Foi temporariamente detida pelas autoridades portuguesas por suspeitas de auxílio aos guerrilheiros que se refugiaram na sua propriedade durante os confrontos (Godinho, 2004). Em Cambedo é recordada como uma mulher muito religiosa que ministrava a catequese às crianças da aldeia (*comunicação pessoal* de Licínio Inocentes, Agosto de 2018). A sua casa teve o sobrado incendiado e colapsou sobre o piso térreo, tendo permanecido relativamente intocada até à intervenção arqueológica de 2018.



Figura 1. Retrato de Albertina Tiago feito pela polícia política logo após a sua detenção em 1946 (Anónimo, 1946).

Cada descoberta aqui proposta – do presente, da fronteira e da modernidade – será feita com recurso a materialidades distintas. No entanto todas elas remetem à colonialidade das relações sociais que sustentam um estado-nação europeu que espera ainda pela sua descolonização. Acompanhamos Aimé Césaire (1955) quando nos desafia a pensar a violência fascista na Europa do século XX como consequência da expansão do projeto colonial europeu, que cresceu até engolir as populações metropolitanas. Enquanto exercícios de revelação de acontecimentos, conexões e processos distorcidos ou obscurecidos, essas descobertas convidam à reflexão e à ação políticas (González-Ruibal, 2018, p. 59-62). O ano de 2018 revelou-nos um país que, obscurecido pela narrativa do império benevolente, continua enredado na violência estrutural característica do estado moderno. Como arqueólogos, cabe-nos desvelar uma pequena parte desse processo.

Reconhecendo que as leituras do passado são sempre o resultado de preocupações e questões do presente, entendemos a investigação arqueológica como uma forma de mediação do passado e um processo de intervenção no nosso tempo social e político (Smith, 2006, p.13-16). O trabalho que fizemos em Cambedo não está isolado no tempo e no espaço; pelo contrário, está conectado a questões políticas relevantes no presente. Entendemos que a arqueologia contemporânea não deve servir apenas para documentar cultura material e narrar a vida quotidiana de quem viveu no passado recente. Pelo contrário, deve ser assumida como uma ferramenta descolonizadora do espaço público.

DESCOBRINDO O PRESENTE

Em 2018, a sociedade portuguesa foi marcada por um debate público sobre a possível construção de um “Museu da Descoberta” em Lisboa. Essa proposta tinha aparecido em 2017, no programa eleitoral do Partido Socialista para o município de Lisboa, e previa a organização de uma rede de núcleos museológicos em que se abordasse a história do império português e seus impactos na capital. O ponto do programa especificava igualmente a construção de um memorial sobre a escravidão.

Se a ideia de um museu comemorativo do império não é nova, o memorial sobre a presença de pessoas escravizadas em Lisboa era totalmente inédita e refletiu os anseios da comunidade afrodescendente portuguesa (Canelas, 2017). No mesmo mês em que se realizaram as eleições locais, os lisboetas foram chamados a decidir sobre uma parcela do orçamento da cidade destinada a financiar projetos de cidadãos; em 128 projetos aprovados, o “Memorial à Escravatura” ficou classificado entre os primeiros dez. A proposta de um memorial da escravidão no programa político de um dos maiores partidos portugueses e a aprovação do mesmo numa votação pública, promovida por uma associação de afrodescendentes, correspondeu a duas trajetórias muito distintas perante questões comuns: que país querem os portugueses de hoje e como se pode narrar esse país?

Até ao momento, a narrativa hegemônica sobre a história de Portugal e em particular o seu passado colonial, tem sido fundamentada no luso-tropicalismo. De resto, o império português (1415-1975) permanece hoje como a parede mestra da narrativa identitária do estado-nação, reformulando-se em cada evento de dimensões internacionais e no nacionalismo banal do mercado turístico (Billig, 1995).

De acordo com o luso-tropicalismo, os portugueses foram responsáveis por uma colonização diferente, mais humana e afetiva. Habitados à convivência entre diversas religiões e grupos étnicos desde a época medieval, os portugueses estavam naturalmente predispostos à miscigenação. Só assim, na imaginação luso-tropical, foi possível para um reino de reduzidas dimensões colonizar territórios imensos como o Brasil durante tantos séculos (Castelo, 1999; Grin, 2012). O epítome dessa colonização humanista estaria justamente no país sul-americano, que é visto como um grande caldeirão cultural de origem portuguesa. Essas ideias não são mais do que a popularização do pensamento de Gilberto Freyre, que na década de 1950 foi financiado e divulgado pela ditadura de António de Oliveira Salazar. Apesar de algumas dessas ideias já circularem no final do século XIX, foi apenas no segundo pós-guerra que o governo português as adotou como um programa. A integridade do império estava mais uma vez em causa na era da descolonização. Foi por isso necessário superar a tônica racista da missão civilizadora do imperialismo tardio europeu por uma narrativa que tornava o império numa grande nação multiétnica e pluricontinental. Claro que essas mudanças de pouco serviram. A ditadura e o império caíram em 1974, mas a narrativa luso-tropicalista nunca foi realmente questionada no espaço público (Almeida, 2004; Peralta, 2017).

Naturalmente, essa narrativa tende a ignorar os milhões de indivíduos escravizados no império português até 1878, a substituição da escravidão por um sistema formal de trabalho forçado até 1962, ou ainda as contínuas guerras coloniais na África, entre o final do século XIX e 1974 (Jerónimo, 2015; Monteiro, 1962; Pélissier, 1978). O luso-tropicalismo intersecta e confunde-se parcialmente com uma narrativa sobre a relativa benevolência do fascismo português (1933-1974), que terá causado menos vítimas mortais diretas que os congêneres europeus. Nessa imagem contrasta-se o paternalismo acadêmico de Salazar à virilidade bélica de Mussolini ou Franco. Graças a Salazar e ao Estado Novo, Portugal manteve-se em paz num mundo sangrento.

Depois do processo revolucionário de 1974-1975, a interseção do luso-tropicalismo e da ditadura benevolente tornou-se útil a um estado-nação que precisou de se redefinir a partir de uma dupla queda narrativa: a do império como gesta global e a da revolução que acabou com o império e suspendeu a autoridade tradicional do estado (Loff, 2015; Rosas, 2016). Essa amálgama ideológica está ativa, e é nela que se enquadram ideias como a do “Museu da Descoberta”.

A proposta do memorial da escravidão enquadra-se numa contranarrativa recente que corresponde à emergência de novos agentes provenientes de setores da sociedade que têm sido tradicionalmente marginalizados (Ba & Roldão, 2017). Esses setores, nomeadamente afrodescendentes ou famílias operárias, passaram a entrar nas universidades de forma gradual depois de 1974; entre 1991-2001, o número total de estudantes matriculados no ensino superior mais do que duplicou (PORDATA, 2019). Só a partir de 2000 é que essas comunidades se posicionaram para, a partir das ciências sociais, reverem as narrativas hegemônicas sobre o estado-nação e as confrontarem em público. Em certa medida, essas intervenções refletiram as mudanças que então se operavam na academia e sociedade brasileiras graças à crescente circulação de acadêmicos e de publicações brasileiras em Portugal.

O ano de 2018 foi frutífero quanto a esses novos posicionamentos. Das mídias às redes sociais, as opiniões sobre o “Museu da Descoberta” multiplicaram-se de forma raramente observada em discussões sobre história e memória no espaço público português. Por um lado, as visões luso-tropicalistas sobre o passado saíram reforçadas. Várias vozes assinalaram a necessidade de criar um museu como o proposto pelo município de Lisboa, normalmente propondo alterações na escala, âmbito ou designação. Assim, surgiram propostas para um “Museu da Interculturalidade de Origem Portuguesa”, um “Museu da Viagem”, um “Museu de História Nacional” ou ainda simplesmente um “Museu dos Descobrimentos” (Coelho, 2018). Pela primeira vez desde a exposição universal de Lisboa, “Expo 98”, a história do colonialismo voltou à discussão pública sob a forma de história dos “descobrimentos”.

Porém, ao contrário do que ocorrera 20 anos antes, a narrativa hegemônica ficou longe do consenso ou assentimento tácito da opinião pública. Um grupo de acadêmicos publicou um manifesto contra a designação proposta para o museu lisboeta, alegando a complexa genealogia política do termo e a insensibilidade da escolha face à diversidade social da sociedade portuguesa contemporânea (Margato, 2018). A esse manifesto seguiram-se numerosas reflexões públicas, na mídia ou em debates (Cf. Anónimo, 2018). A discussão tendeu a ser desqualificada pelos setores mais conservadores, de esquerda ou de direita, como sendo um produto de estrangeirados. Essa intervenção teria sido gerada nos meios universitários anglófonos com o intuito de minimizar a suposta contribuição portuguesa no mundo e ocultar o imperialismo norte-americano atual. Certo é que o “Museu da Descoberta” nunca chegou a ser construído e continua a ser apenas uma proposta eleitoral.

O debate público iniciado em 2018 gerou interrogações sobre o estado-nação português, cujo impacto estamos ainda longe de poder avaliar. Com novos agentes sociais no espaço público confrontando o nacionalismo banal das narrativas históricas e da memória coletiva, é inevitável que os portugueses se interroguem: o que deve ser o Portugal de hoje, para além da narrativa dos “descobrimentos”? Esse país está em vias de ser descoberto.

Em agosto de 2018, iniciamos um projeto arqueológico sobre a “guerra de Cambedo” com três objetivos. Em primeiro lugar, quisemos conhecer as circunstâncias materiais em que vivia uma comunidade camponesa transmontana, e de que forma esse contexto explica o acolhimento prestado a um grupo de guerrilheiros antifranquistas. Em segundo lugar, procuramos conhecer o tipo de condições materiais de que dispunham os guerrilheiros que se refugiavam em Cambedo e a estratégia que seguiam na escolha dos seus refúgios. Finalmente, pretendemos examinar de que forma as ruínas da casa de Albertina Tiago catalisam a memória histórica e as vivências sociais contemporâneas da aldeia. O projeto incluiu a escavação das ruínas da dita casa, a prospecção e escavação de refúgios usados por guerrilheiros e refugiados, assim como a identificação de traços remanescentes dos eventos de 1946.

O projeto envolveu também um componente de arqueologia pública com dois propósitos muito simples. Em primeiro lugar, a abertura permanente das escavações da casa de Albertina Tiago ao público; o portão da propriedade manteve-se sempre aberto durante a presença da equipe, que convidava os passantes a entrar. Em segundo lugar, o envolvimento das comunidades locais no desenho da pesquisa e interpretação dos dados. No final da campanha de escavações, foram promovidas duas discussões públicas dos resultados que decorreram na sede da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Cambedo da Raia num Sábado à noite, e na sede associativa do Centro Social, Cultural e Desportivo de Vilarelho da Raia no Domingo seguinte depois da missa. A sessão em Cambedo foi particularmente atendida, tanto pela vizinhança como por visitantes de Chaves e da Galiza. Apesar de já ser uma história relativamente bem conhecida na região, a “guerra de Cambedo” continua a suscitar atenção e curiosidade.

A mídia respondeu à interpelação da equipe de arqueologia. Durante a campanha arqueológica, jornalistas portugueses e galegos acorreram a Cambedo para documentar os trabalhos e divulgar o inusitado: pela primeira vez em Portugal, uma equipe de arqueologia desenhou um projeto sobre eventos ocorridos nas vidas de seus pais e avós.

A surpresa e o incômodo da descoberta pessoal de uma história violenta como a que se passou em Cambedo em 1946 são causados pelo desajustamento entre a narrativa hegemônica e a crueza das narrativas locais (Cf. González-Ruibal, 2018, p. 59-62). De acordo com a narrativa hegemônica, a década de 1940 em Portugal foi um período de paz, apesar da escassez generalizada e das perseguições políticas. A paz de Salazar, contrastada pelos conflitos em Espanha e no resto da Europa, tem sido questionada pela historiografia; no entanto permanece no espaço público como um dos mitos mais duradouros da ditadura (Cf. Madeira *et al*, 2007). As narrativas locais, pelo contrário, revelam que nesses anos houve violência militar sobre civis e que a repressão policial esteve longe de se restringir a militantes políticos. O incômodo da descoberta dessa história tão recente desdobra-se numa interrogação: o que podemos aprender com os acontecimentos de Cambedo?

As narrativas locais sobre Cambedo apareceram no espaço público nos finais da década de 1980. Enquanto fazia trabalho de campo sobre práticas de cura na raia galego-portuguesa, a antropóloga Paula Godinho foi confrontada com uma história silenciada. Uma das suas interlocutoras deixou entrever essa história quando lhe mencionou que o filho tinha morrido numa prisão do Porto ainda criança, na época do encarceramento familiar. Essa mulher tinha sido detida em Cambedo na sequência do ataque militar à aldeia, quando as autoridades portuguesas suspeitaram que toda a comunidade apoiava os guerrilheiros ali acoitados. A antropóloga e os seus

interlocutores começaram a puxar o fio dessa história e não pararam mais. Em simultâneo, a associação de Vilarelho da Raia, sob a liderança de Carlos Silva, organizou um arquivo de história oral e promoveu vários eventos acadêmicos sobre o tema (Godinho, 2004).

Através do seu trabalho sobre Cambedo, Paula Godinho alargou a audiência das narrativas locais. Mais importante ainda, através da análise antropológica, ela converteu essas narrativas sobre o passado num instrumento de reflexão sobre o presente.

Nos anos da expansão neoliberal dos anos de 1990-2000, Paula Godinho decidiu escrever sobre redes de solidariedade e comprometimento político. Em Cambedo, explorou as ligações familiares e econômicas que juntavam indivíduos dos dois lados da raia. No contexto da formação dos estados-nação português e espanhol no século XIX, as comunidades fronteiriças colocaram em causa a autoridade dos estados ao circundarem fronteiras e postos alfandegários. Ainda que muitas vezes a coberto da noite, tais comunidades não faziam mais do que sobrepor aquilo que entendiam ser os seus direitos tradicionais à máquina burocrática dos estados modernos. Porém, se o estado foi sendo localmente integrado nas práticas quotidianas, as redes de solidariedade raianas foram sempre vistas com desconfiança em Lisboa (Godinho, 2017, p. 159-227).

O ano de 1946 revelou a impossibilidade da conciliação entre as práticas locais e o estado moderno. A porosidade da fronteira à ética de acolhimento local, que desde o início da Guerra Civil espanhola tinha permitido a circulação de refugiados e combatentes antifranquistas em Portugal, foi impermeabilizada com o bombardeamento a Cambedo. Dos seus textos, Paula Godinho desafiou-nos a encarar a antiga liminaridade social e política da raia como uma ferramenta para pensar alternativas aos constrangimentos do sistema-mundo capitalista e a vários dos pilares que o sustentam: extrativismo econômico, autoritarismo político e individualismo (Godinho, 2004; 2017).

O achamento de Cambedo pelos arqueólogos no verão de 2018 foi suscitado por esta interpelação. O ano em que as elites conservadoras – intelectuais e políticas – desejavam um museu luso-tropicalista foi também o ano em que as margens da sociedade reclamaram o espaço público. Mais do que isso, reclamaram um país diverso e inclusivo; diferente daquele que caberia num museu em Lisboa.

A equipe de arqueologia que viajou para Cambedo reconheceu-se nesse posicionamento. Os seus membros levaram consigo muitos anos de experiência acumulada em projetos arqueológicos focados nas paisagens da escravidão no Brasil, na ditadura militar brasileira e na Guerra Civil espanhola. Em todos esses contextos, a função mais importante da arqueologia consiste na interpelação da sociedade contemporânea a partir dos restos materiais de contextos e agentes premeditadamente eliminados ou marginalizados nas grandes narrativas sobre o estado-nação. Na genealogia política do projeto de Cambedo, o parente mais próximo foi o projeto arqueológico sobre a casa de Repil, em Monforte de Lemos, Galiza (Ayán Vila, *neste volume*). Tal como em Cambedo, a casa de Repil era ocupada por uma família camponesa que acolheu um grupo de guerrilheiros antifranquistas. Em 1949, as autoridades do estado espanhol atacaram a casa, matando vários guerrilheiros e deixando um rasto de silêncio e medo; uma paisagem ausente (Ayán Vila, 2008).

No verão de 2018, a paisagem ausente da resistência à formação do estado liberal e da resistência antifascista na raia galego-portuguesa convergiu com uma outra. Foi a paisagem da comunidade afrodescendente que, desde Lisboa, reclamou um espaço em que foi sistematicamente invisibilizada. Esta convergência não consistiu apenas na marginalidade epistêmica das narrativas em causa. Perante as interrogações que se colocavam – O que deve ser o Portugal de hoje? Que podemos aprender com Cambedo? –, a equipe procurou fazer duas coisas. Primeiro, reconstituir a genealogia do presente através da materialidade

dos acontecimentos de 1946; depois, usar essa materialidade para dar corpo à atualidade da experiência de Cambedo. A atualidade dessa experiência, que consistiu no acolhimento de refugiados e combatentes antifascistas sob o risco da repressão e do ostracismo, projeta-se na necessidade da hospitalidade nos dias que correm. A construção de uma ética da hospitalidade é a resposta para crise humanitária global, que se manifesta de forma grotesca nas praias do Sul da Europa.

Essa crise, que não toca tanto a Portugal quanto a países como a Itália ou a Grécia, é uma das metamorfoses mais recentes do projeto moderno do estado-nação e da sua extensão colonial. Cambedo, na raia galego-portuguesa, tomou forma na expansão desse projeto e aponta agora um caminho possível, desde a sua história de sofrimento e resistência.

DESCOBRINDO A FRONTEIRA

Na noite de 19 para 20 de Dezembro de 1946, a Guarda Nacional Republicana (GNR) portuguesa cercou Cambedo pelo Sudeste, ocupando as cumeadas que abraçam a aldeia e bloqueando o seu acesso principal a Portugal. Do lado galego, a Guardia Civil tinha feito o mesmo ao longo da fronteira da Serra do Morico. A aldeia, que consiste numa reentrância de quatro quilômetros quadrados no território da Galiza, ficou assim completamente isolada pelas forças militares portuguesas e espanholas. Adormecida pelo inverno frio, Cambedo alvorou ao som de disparos.

O objetivo imediato era a captura de vários guerrilheiros galegos que estavam acoitados na aldeia. Do ponto de vista estratégico, a operação previa a consolidação da fronteira e a estrita vigilância da circulação transfronteiriça. A operação foi a resposta militar à relativa permeabilidade da fronteira que até aí se verificara, que tanto facilitava o contrabando como o trânsito indocumentado de pessoas. Tratava-se afinal de uma questão de soberania (Godinho, 2004).

Durante a Guerra Civil espanhola e no imediato pós-guerra, a permeabilidade fronteiriça permitiu o refúgio de civis e militares republicanos em Portugal. A entrada dessas pessoas no país podia ser temporária – sobretudo no caso dos militares, que procuravam encontrar meios para regressar à zona republicana para continuar a combater as forças de Francisco Franco – ou mais permanente. Isso acontecia sobretudo com civis que eram perseguidos em Espanha e que de algum modo encontraram trabalho e pouso certo em Portugal. Muitos, porém, atravessavam a fronteira para chegar ao Porto e daí embarcar para as Américas (Godinho, 2004). Nos arredores de Cambedo existiam vários lagares e um abrigo rupestre que serviam de apoio à circulação de refugiados.

Depois da vitória das forças franquistas em 1939, uma parte do exército republicano decidiu formar agrupamentos guerrilheiros e continuar a luta armada com a expectativa de uma intervenção estrangeira que devolvesse à Espanha a ordem democrática. Essa esperança adensou-se no final da Segunda Guerra Mundial, mas foi defraudada em 1946, quando os aliados aceitaram o ditador espanhol como parceiro anticomunista no contexto da Guerra Fria (Heine, 1982). Os guerrilheiros que apareceram na raia transmontana no pós-guerra podiam ser antigos civis, que se tinham juntado à resistência com motivações políticas ou por terem sido empurrados por perseguições variadas. Neste último caso, a politização efetuava-se já no interior das organizações armadas. Existiam ainda guerrilheiros portugueses que não haviam tomado parte na guerra de

Espanha, mas que encaravam a guerrilha como uma extensão da resistência ao estado português (Baptista, 2004; Cortón, 2004).

No entanto a porosidade da raia também favorecia as forças franquistas. Sabendo da facilidade com que os guerrilheiros circulavam, elementos da Falange e da Guardia Civil arriscavam entradas em Portugal. À semelhança do que faziam no estado espanhol, as forças franquistas disfarçavam-se de guerrilheiros e atacavam alvos civis com o objetivo de desprestigiar localmente a resistência e diminuir a sua rede de apoio. Com isto procuravam também suscitar uma reação das autoridades portuguesas. Com efeito, o ataque a Cambedo em 1946 foi desencadeado pelo alegado assalto guerrilheiro a um grupo de civis que viajava entre Braga e Chaves. Esse assalto deve ter sido da responsabilidade de falangistas disfarçados, mas foi o suficiente para suscitar uma campanha na mídia portuguesa contra o chamado bandoleirismo e que em última instância legitimou a operação militar em Cambedo (Godinho, 2004).

A questão da porosidade da raia galego-portuguesa não era nova. Em 1864 tinha sido assinado um tratado de limites entre os governos de Lisboa e de Madrid que previa a redefinição da fronteira. Ali existia o Couto Misto, um território autogerido pelas comunidades locais, que tinha a soberania formalmente repartida entre o ducado de Bragança e o bispado de Ourense. No final do século XIX, os habitantes desse microestado detinham vários privilégios, nomeadamente a escolha da cidadania, a isenção de impostos e do serviço militar. Para além do Couto Misto, existiam três “povos promíscuos”, isto é, aldeias divididas entre Portugal e a Galiza. Uma dessas aldeias era justamente Cambedo. A existência de espaços com essas características era uma fonte de ansiedade para os estados-nação liberais, que por essa época estavam em gestação e procuravam substituir as economias tradicionais pelo capitalismo (Cf. Fontana, 2019). Para a soberania efetiva é necessário conhecer, identificar e quantificar. Por isso, a ambiguidade das lealdades nacionais e da posse dos recursos econômicos era intolerável. As autoridades procuraram resolvê-las com o tratado de 1864, que atribuiu a maior parte do Couto Misto ao estado espanhol e as três aldeias partilhadas a Portugal. No entanto as comunidades locais integraram essas mudanças no seu quotidiano e negociaram as novas regras de acordo com as circunstâncias (Godinho 2004; 2017).

Na noite de 19 de Dezembro de 1946 encontravam-se em Cambedo pelo menos três guerrilheiros refugiados: Demétrio García Álvarez, de 34 anos, Juan Salgado Ribera, de 25, e Bernardino García, de idade desconhecida (Godinho, 2004). Todos eles haviam nascido em aldeias vizinhas na província galega de Ourense. Demétrio e García encontravam-se na rua Central, na casa da irmã e cunhado de Demétrio. Juan, por seu lado, estava dormindo em outra casa da mesma rua, cerca de cem metros abaixo. Não se sabe ao certo por quê se encontrariam em Cambedo nessa noite. Consta que nesses dias se faria uma matança do porco na casa da irmã e cunhado de Demétrio, razão pela qual estariam aí pernoitando (Licínio Inocentes, *informação pessoal*, Agosto de 2018).

Quando começou o ataque à aldeia, Juan escapou da casa em que se encontrava e correu na direção da ribeira de Cambedo. Tencionava abrigar-se na linha de água e chegar à aldeia natal de Casas de Montes, a cerca de dois quilômetros e meio. Foi interceptado e executado por um soldado português enquanto se rendia. Demétrio e García procuraram escapar da aldeia, mas, devido à intensidade do tiroteio, refugiaram-se na casa ao lado. Essa casa, ocupada por Albertina Tiago, tinha nas suas traseiras um quintal que dava acesso a um palheiro e a um lagar. Passaram ao palheiro e, quando o cerco se apertou, foram interceptados por dois soldados. Dispararam sobre os soldados, deixando-os mortos, e esconderam-se no lagar (Godinho, 2004). No curto instante entre o confronto com os dois homens da GNR e o refúgio no lagar, produziu-se um tiroteio

entre os guerrilheiros e os soldados que se encontravam a escassos metros no quartel da Guarda Fiscal. A parede do antigo quartel continua a ostentar os impactos das balas disparadas por Demétrio e García (Figura 2).

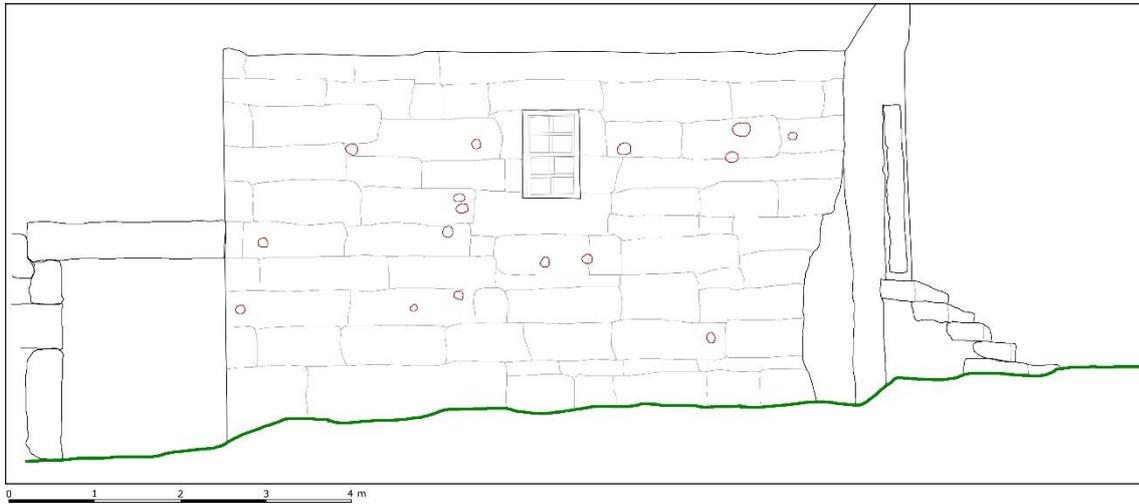


Figura 2. Impactos de balas (vermelho) na parede do antigo quartel da Guarda Fiscal em Cambedo (Desenho de Carlos Otero Vilarinho).

Porém, a GNR não foi suficiente para capturar os guerrilheiros. No dia 20 foi requisitado o Batalhão de Caçadores n.º 10 de Chaves, que nessa mesma noite posicionou dois morteiros no Alto dos Amieirinhos, uma prominência de onde se avista toda a aldeia e a estrada principal (Lemos, 1947). Logo depois, os soldados encarregados dos morteiros começaram a bombardear as casas com o intuito de desalojar quem aí se refugiava. Algum tempo depois, Demétrio rendeu-se; García foi encontrado morto no lagar, tendo-se aí suicidado para evitar a captura.

O bombardeamento deixou nessa parte da rua Central as suas marcas mais visíveis. A casa de Manuel Bárcea e Manuela García, familiares de Demétrio, ficou arruinada. A casa ao lado, de Albertina Tiago, foi completamente destruída. Porém, esta foi a única que nunca chegou a ser reconstruída. Os trabalhos de arqueologia revelaram que em 1946, ao nível do piso térreo, a casa de Albertina Tiago se encontrava dividida entre dois grandes compartimentos a que se tinha acesso através de um pátio interior. Junto à rua estava uma cozinha, e do lado oposto existia uma loja – um espaço de armazenamento e apoio às atividades agrícolas. Existia um sobrado – piso superior – em madeira, que estava sustentado por uma coluna de granito. Era aí que vivia Albertina; o seu quarto ficava justamente sobre a loja.

O impacto de pelo menos uma granada de morteiro incendiou o edifício, provocando o colapso do sobrado sobre o piso inferior. A coluna que suportava o piso superior não foi suficiente para aguentar a pressão do projétil e das paredes da casa, que caíram sobre o piso em madeira. A escavação da loja permitiu a identificação de um nível de incêndio sobre a rocha-mãe, que era o piso original daquele compartimento (Figura 3). Esse nível de incêndio corresponde à destruição do sobrado e do que nele se encontrava, nomeadamente um copo e uma garrafa de vidro, faianças e chocolateiras que estariam ali armazenadas. Os restos da coluna de granito estavam junto ao sedimento enegrecido sobre fragmentos de telhas de canudo, mostrando assim a breve sequência do colapso do edifício. Na cozinha não se encontraram vestígios significativos do incêndio. No entanto as paredes foram derrubadas sobre o piso da cozinha. Ali ficaram sepultadas cerâmicas de armazenamento e cozinha, talheres, alfaias agrícolas e uma moeda de cinquenta centavos cunhada em 1921.

A diversidade material encontrada nessa cozinha não nos deve surpreender. Afinal, as cozinhas camponesas eram espaços com várias funcionalidades em que decorria o essencial da vida dentro de portas. Ali se cozinhava, se convivia e se trabalhava. Parece ter sido também na cozinha que se arranjava o porco depois da matança. Para além de uma balança e respetivo peso, identificaram-se ossos de porco (*Sus domesticus*) com marcas de corte ou de exposição ao fogo. Juntamente com o derrube das paredes encontraram-se ainda três mandíbulas de porco de ambos os sexos, sendo que uma delas estava quase totalmente queimada. Sabendo que a matança do porco se faz normalmente no inverno, é possível que estes porcos tivessem sido recentemente arranjados e comumente consumidos.



Figura 3. Nível correspondente ao incêndio e colapso do sobrado da casa de Albertina Tiago (Fotografia de Carlos Otero Vilarinho).

Nas traseiras da casa de Albertina encontraram-se quatro estilhaços de granadas de morteiro de 81mm, com recurso a detetor de metais. O quintal em que foram encontrados tinha sido a área mais exposta ao fogo do morteiro, que estava posicionado a cerca de 200 metros para Sudeste (*comunicação pessoal* de Carlos Lopes, Junho de 2017). É difícil imaginar os efeitos de uma granada de morteiro olhando apenas para quatro pedaços de metal. Todavia as pequenas dimensões desses fragmentos documentam a violência do impacto das granadas contra uma parede de granito. Os vestígios do incêndio e do colapso total da casa de Albertina compõem porventura a imagem mais ilustrativa do poder destrutivo da arma usada.

Para as famílias camponesas de Cambedo, o fogo de morteiro terá sido inimaginável. De acordo com o sargento Cruz, que comandou a seção de morteiros do Batalhão de Caçadores n.º 10 em Cambedo, utilizaram-

se as chamadas “granadas de grande potência” de seis quilos e seiscentas gramas: “a deslocação de ar (...) era tão grande que rebentava os ouvidos, um indivíduo que apanhasse dava a impressão que ficava louco” (Neves & Pereira, 2004, p. 96-97). Além disso, as primeiras granadas foram disparadas com espoletas desadequadas, fazendo com que rebentassem ao tocar nos telhados das casas (Lemos, 1947). A percepção do ataque na aldeia deve ter sido horrenda, se considerarmos que o morteiro podia disparar projéteis até quatro quilômetros (Anónimo, 1948-1949, p. 1), e o alvo se encontrava a apenas 200 metros. Esses dados ajudam a explicar a extrema fragmentação das granadas depois dos impactos e a dificuldade em detectar estilhaços na área bombardeada (Figura 4).

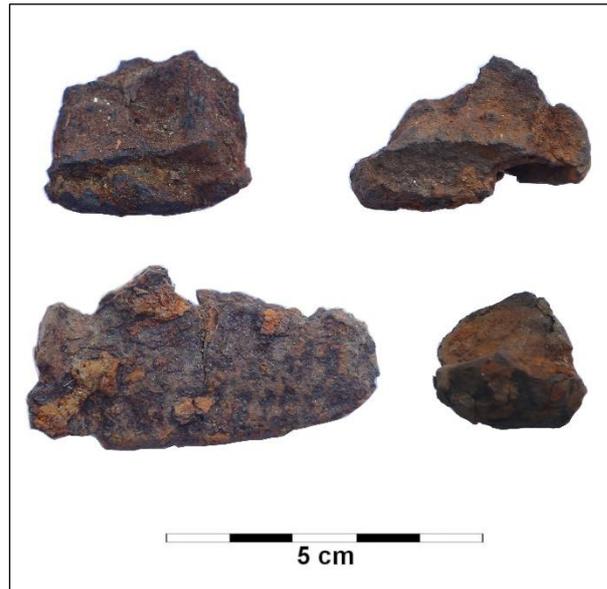


Figura 4. Estilhaços de granada de morteiro encontrados nas traseiras da casa de Albertina Tiago (Fotografias de Rui Gomes Coelho).

Na década de 1940, o exército português tinha ao seu serviço três tipos de morteiro muito semelhantes com calibre de 81mm: morteiro I. 8cm m/931, morteiro FBP 8cm m/935 de fabrico português, e morteiro I. 8cm m/937 de fabrico italiano (Anónimo, 1948-1949, p. 1). A produção desses morteiros baseava-se no desenho do morteiro francês Brandt, que por sua vez tinha sido adaptado do morteiro inglês Stokes em voga durante a Primeira Guerra Mundial. O modelo Brandt trouxe várias melhorias, em particular na facilidade do transporte, montagem e desmontagem da arma (Bishop, 2002, p. 202). Como se explicava nas instruções distribuídas ao exército português, a arma poderia “ser utilizada, quer na ofensiva, quer na defensiva, para a execução de barragens e destruição de abrigos, defesas acessórias e resistências que se revelem no decurso do ataque” (Anónimo, 1937, p. 1).

Essa transformação adequava assim o uso do morteiro à mobilidade da infantaria, tornando-o numa arma importante em contextos volúveis como vieram a ser os da Segunda Guerra Mundial ou das operações coloniais de contrainsurgência. O sargento Cruz jamais se esquecerá das dificuldades em chegar a Cambedo e instalar os morteiros. Foram confiscadas duas muars na aldeia de Vilela Seca para carregar os morteiros e respetivas munições, porém os animais não estavam habituados àquele tipo de carga e um deles fazia muito barulho. A operação foi assim atrasada para que se pudesse trocar o animal por uma muar mais silenciosa (Neves & Pereira,

2004, p. 93). Sem a mobilidade do modelo Brandt, o fator surpresa desapareceria e a operação teria sido impossível.

Em 1946, a porosidade da raia galego-portuguesa estava longe de estar resolvida pelos estados espanhol e português. Apesar do tratado de 1864 e da progressiva integração dos estados pelas comunidades fronteiriças, estas continuaram a desenvolver redes sociais que ultrapassavam as tecnologias de soberania de Lisboa e de Madrid. Foram essas redes que acolheram refugiados e resistentes antifascistas e facilitaram a sua circulação para paragens mais seguras. O testemunho mais evocador dessa aparente contradição é uma insígnia da Guarda Fiscal – a polícia fronteiriça – encontrada nas traseiras da casa de Albertina Tiago. Terá provavelmente pertencido ao seu cunhado Silvino Espírito Santo, cabo que, depois dos acontecimentos de 1946, foi acusado de colaborar com os guerrilheiros, preso e demitido da Guarda Fiscal.

Para impor a fronteira, o estado português encarregou um dispositivo militar moderno que não se limitou a bombardear modestas casas camponesas de uma aldeia. Nas semanas que se seguiram à operação em Cambedo, prenderam dezenas de civis nas aldeias raianas. Muitos deles passariam pelas mãos da polícia política no Porto. O guerrilheiro que se entregou, Demétrio García Álvarez, foi mais tarde enviado para o campo de concentração do Tarrafal em Cabo Verde (Godinho, 2004). Ao encarar toda a população civil da raia como alvo militar e ameaça à sua soberania, o estado impôs-se através de um ataque que espelhou as operações de contrainsurgência que levava a cabo em África.

Os estilhaços das granadas de morteiro que nos interpelaram desde o solo de Cambedo marcam uma fronteira que se estende pelos bairros marginalizados de imigrantes e afrodescendentes de hoje e mais além. O Regimento de Infantaria n.º 19 – antigo Batalhão de Caçadores n.º 10 – é hoje a unidade que capacita os militares portugueses para a operação “Inherent Resolve”, designação dada à intervenção norte-americana contra o Estado Islâmico na Síria e no Iraque.

DESCOBRINDO A MODERNIDADE

O estado-nação moderno chegou a Cambedo sob a forma de granadas de morteiro, antes até da construção da primeira estrada asfaltada. Quando os militares da secção de morteiros de Chaves se puseram ao caminho, no inverno de 1946, quase arriscaram a operação com uma ruidosa luar em caminho pedregoso. No entanto a integração das comunidades raianas na modernidade foi um processo longo, que se iniciou cerca de oitenta anos antes com o tratado de limites de 1864. Esse processo não decorreu simplesmente da demarcação de fronteiras e do destacamento de agentes da Guarda Fiscal. Apesar da desigualdade nas relações de poder, a entrada de aldeias como Cambedo na comunidade nacional foi também negociada localmente. O que restou da casa de Albertina Tiago, depois do colapso do sobrado de sua casa e do soterramento da sua cozinha, é uma janela para olharmos para a forma como decorreu esse processo (Tabela 1).

Na escavação da loja e do sedimento correspondente ao incêndio e colapso do sobrado, encontraram-se 62 objetos ou fragmentos cerâmicos. Desses artefatos, 77.42% correspondiam a faianças e 20.97% a louças pretas; reconheceu-se ainda um objeto em ironstone, correspondente a 1.61%. Já na cozinha, as proporções inverteram-se. Em 33 fragmentos, 90.91% eram de louça preta e 9.09% de faiança. Apesar da reduzida amostra, o contraste entre os dois compartimentos e as características formais das cerâmicas fornecem informações importantes sobre a contextualização social desta casa camponesa.

Tabela 1. Percentagens das cerâmicas encontradas na casa de Albertina Tiago.

	<i>Sobrado</i>	<i>Cozinha</i>
Faiança	77.42	9.09
Louça preta	20.97	90.91
Ironstone	1.61	—

As cerâmicas encontradas na cozinha eram quase exclusivamente cântaros de louça preta destinados a recolher e armazenar água. Podiam ser objetos de grandes dimensões, essenciais ao aprovisionamento de cozinhas como as de Cambedo, cujo abastecimento dependia de fontes comunitárias (Figura 5). Os fragmentos de jarras ou potes de louça preta que apareceram no contexto da cozinha eram objetos mais pequenos, por vezes decorados com motivos geométricos brunidos (Figura 6). Esses objetos serviam também para guardar água, mas pelas suas dimensões é possível que circulassem pela casa em serventias diversas e fossem à mesa. Na cozinha apareceu ainda o fundo de uma panela cuja superfície exterior mostra que foi ao fogo muitas vezes. As únicas formas reconhecíveis entre os três fragmentos de faiança encontrados na cozinha correspondem a um prato e a uma tigela.

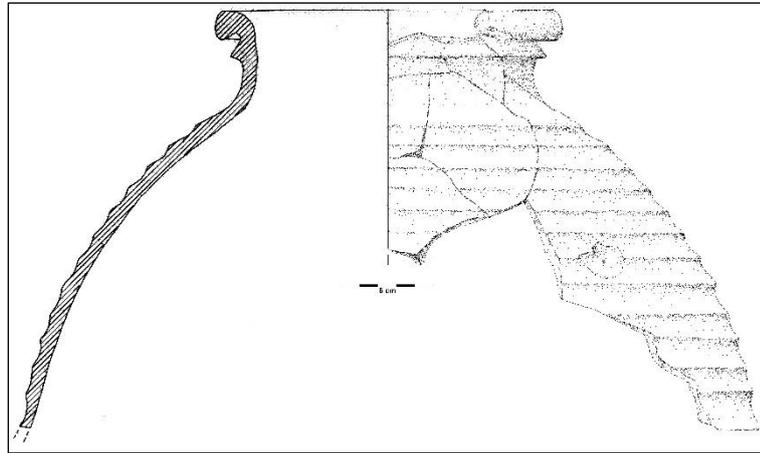


Figura 5. Cântaro de louça preta fabricado em Vilar de Nantes (Desenho de Rui Gomes Coelho).

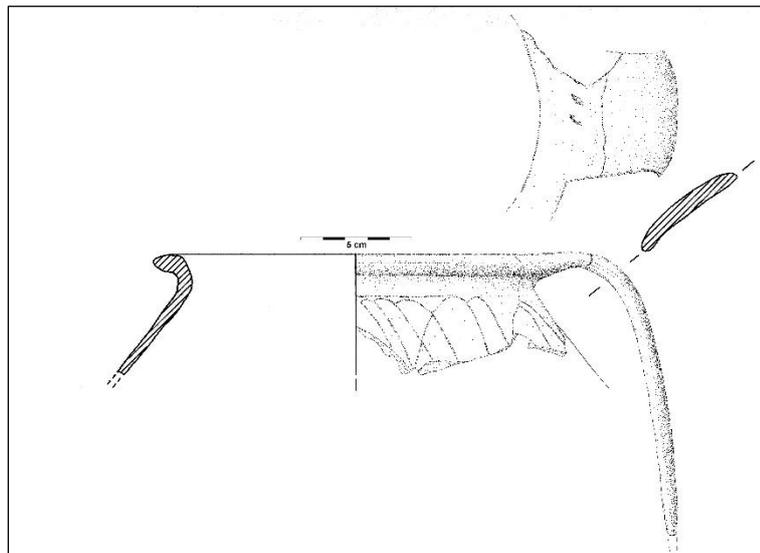


Figura 6. Jarra ou pota com decoração brunida, produzida em Vilar de Nantes (Desenho de Rui Gomes Coelho).

No sobrado, a cultura material revelou outros aspetos da vida doméstica de Albertina Tiago e sua família. Ali estavam sobretudo chocolateiras – designação dada na região às cafeteiras – de louça preta (Figura 7), mas também dois fragmentos de jarras ou potas. Todavia a maior parte das cerâmicas no sobrado eram tigelas e pratos em faiança, tendo-se achado também fragmentos de bule e penico. Encontrou-se igualmente um açucareiro em ironstone quase completo. Além de ser um espaço em que se descansava, o sobrado era também o lugar onde se tomavam refeições. Por isso mesmo, à assembleia das louças aqui descritas podem juntar-se uma garrafa e um copo em vidro. É possível que no sobrado existisse uma lareira na qual se faziam café e chá, cujo consumo se denota pelo bule, chocolateiras e açucareiro.

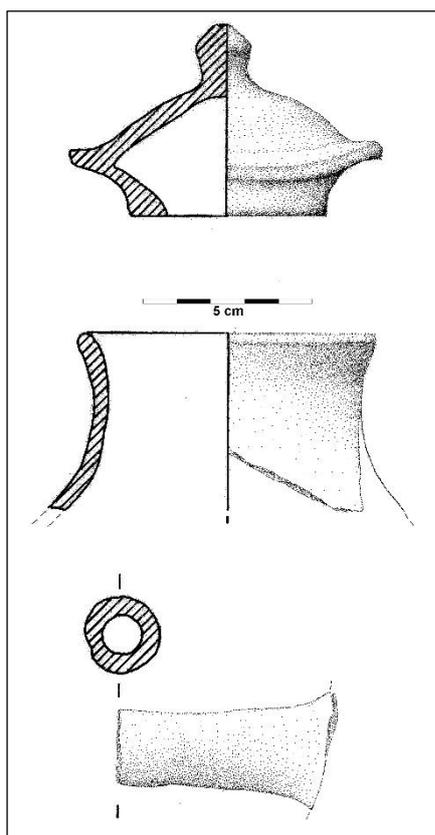


Figura 7. Fragmentos de chocolateiras produzidas em Vilar de Nantes (Desenho de Rui Gomes Coelho).

O consumo de produtos como o chá, o café ou o açúcar indica que o mundo de Albertina incluía partes distantes do império português. Os habitantes de Cambedo e de outros lugares raianos eram tanto consumidores como distribuidores dessas mercadorias, participando em redes de comércio e contrabando que supriam a escassez de um lado e outro da fronteira. Essas redes fronteiriças, que se justapunham à troca de ideias e de hábitos, franqueavam trânsitos coloniais do lado português e espanhol (Godinho, 2008). Em 1947, o antropólogo Jorge Dias reconheceu uma pedra de chocolateiro – “metate” – em Vilarelho da Raia. O “metate” consiste num moinho manual originário da América Central, onde servia para moer grãos de cacau. A forma e funcionalidade do “metate” passaram ao estado espanhol com a disseminação do consumo de chocolate, que por sua vez acabou atravessando a fronteira transmontana (Dias, 1949). Essa prática desapareceu do quotidiano, mas persiste na nomenclatura cerâmica.

Em todo o caso, o consumo de produtos coloniais na casa de Albertina Tiago expressa outras ligações que se vão estabelecendo precisamente ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esse é um mundo cada vez mais focado em Lisboa e no Porto, os grandes centros do poder político e econômico do país.

A construção de ferrovias acelerou esse processo. O caminho de ferro chegou a Trás-os-Montes em 1879 e seguiu o curso do rio Douro nas décadas seguintes. Em 1875 foi proposta a construção de uma linha férrea no vale do Tâmega que ligaria a Régua a Chaves. Não teve seguimento. A ferrovia só chegaria a Chaves em 1921, com passagem por Vila Real e a estância termal de Vidago. A expansão progressiva dos caminhos de ferro foi uma das estratégias fundamentais das elites para integrar o país política e economicamente, a começar no período da Regeneração (1851-1868). Ainda que demorado, o processo foi facilitando a circulação de pessoas, produtos e ideias numa região montanhosa como Trás-os-Montes. Apesar das suas dimensões, 30% a 40% do território português não tinha acesso a vias fluviais navegáveis (Pereira, 2010).

As louças da casa de Albertina Tiago revelam essa chegada progressiva do país marítimo à raia galego-portuguesa e as estratégias locais de negociação e integração do estado-nação nas suas vivências quotidianas.

As faianças foram todas produzidas fora da região entre 1904 e 1945. Entre os pratos e tigelas que estavam no sobrado, sete tinham marcas de diversas fases da fábrica de Massarelos no Porto. Entre eles contam-se três pratos com marca “ECP” (sigla de Empresa Cerâmica Portuense, estampada entre 1904-1912; Lacerda, *et al*, 1998, p. 53-57); um prato com a marca “C&W” (da Chambers & Wall, produzida entre 1912-1920; Lacerda *et al*, 1998, p. 57-61) e uma tigela com a marca “Lusitânia” (Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, SARL, de entre 1936-1945; Lacerda *et al*, 1998, p. 63). Existem ainda duas outras tigelas com marcas quase irreconhecíveis, mas que serão provavelmente deste último período de Massarelos. Esses objetos foram decorados de variadas maneiras. Dois pratos com a marca “ECP” seguiram um modelo com motivos florais, tanto no centro como na aba (Figura 8). Dois pratos “ECP” e “C&W” ostentam a torre de Belém em Lisboa cercada por motivos marítimos e imperiais, nomeadamente a esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo (Figura 9). A tigela “Lusitânia”, mais tardia, tem um menino brincando ao ar livre com vários gatos.

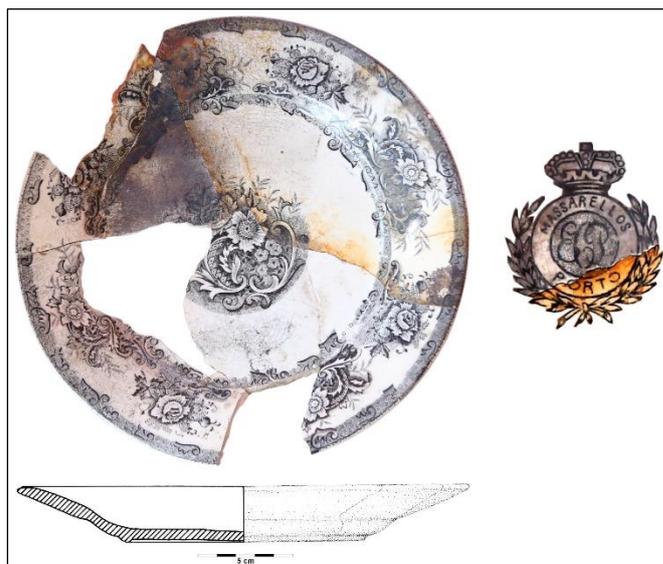


Figura 8. Prato de faiança fabricado entre 1904-1912 pela Empresa Cerâmica Portuense na fábrica de Massarelos, Porto (Fotografia e desenho de Rui Gomes Coelho).



Figura 9. Prato de faiança fabricado entre 1912-1920 pela firma Chambers & Wall na fábrica de Massarelos, Porto (Fotografia e desenho de Rui Gomes Coelho).

O prato encontrado na cozinha ostenta a marca da Real Fábrica de Sacavém, localizada perto de Lisboa. Fabricado em 1901-1902, este prato foi decorado no seu interior com um motivo conhecido por “cavalinho”, estampado em preto. A chamada louça do “cavalinho” mostrava uma estátua equestre no centro do prato enquadrada por paisagem rural e tem origens mal conhecidas, sendo certamente um motivo britânico do século XVIII (Azevedo, 2007, p. 64). A marca esteve relacionada com a chegada de James Gilman à empresa, quando se associa à então proprietária, baronesa Howorth de Sacavém, em 1894. A aquisição gradual da fábrica por Gilman correspondeu à consolidação da influência britânica na gestão e produção. Tentou criar-se na Inglaterra um mercado para as produções portuguesas, que se beneficiavam de mão-de-obra barata (Assunção, 1997, p. 53-65). Gilman procura também competir diretamente com a fábrica de Massarelos através do sistema de agentes locais e viajantes. Em 1901-1902, por exemplo, encarrega os seus agentes de vender o máximo possível pelo Norte, nomeadamente em Chaves. Nesse contexto, chega a propor aos revendedores locais descontos de 15-20% (Assunção, 1997, p. 56-58). Em 1902, Gilman toma preponderância na empresa e passa a imprimir uma marca distinta. É possível que esse prato, que já ostenta o nome “Gilman” mas continua a usar a marca da baronesa, corresponda à transição de 1902 (Cf. Assunção, 1997, p. 143). Com efeito, ainda em 1901 a baronesa terá referido a produção do serviço de “cavalinho preto” (Azevedo, 2007, p. 128).

O açucareiro de Albertina foi fabricado ainda mais longe de Cambedo. Trata-se de uma peça em ironstone, um tipo de semiporcelana característico das produções de Longport no condado inglês de Staffordshire. Como a marca indica, teve origem na empresa Thomas Hughes & Son em algum momento entre 1895 e 1910 (Godden, 1964, p. 339).

A chegada destas louças a Cambedo está relacionada com o complexo processo de construção do estado-nação liberal no século XIX. Nesse contexto, a produção industrial e a modernização das vias de comunicação tiveram um papel fulcral. Por um lado, a industrialização da economia facilitou as exportações e a entrada de capitais estrangeiros em Portugal e no seu império; por outro lado, estimulou novos padrões de consumo e a

progressiva homogeneização sensorial da “nação”. A história da fábrica de Massarelos, que produziu a maior parte das faianças na casa de Albertina, ilustra bem essas transformações.

A fábrica de Massarelos localizava-se na cidade do Porto, à beira do rio Douro, e enquadra-se numa longa tradição de produção de faiança que remonta ao século XVIII. Não se conhece ao certo o ano da sua fundação, mas estima-se que terá sido 1763 (Lacerda *et al*, 1998).

A sua laboração foi da responsabilidade de várias famílias e empresas, tendo passado por diversas instalações até ao seu encerramento definitivo nos meados do século XX. Em 1901, a fábrica estava sob o controle de uma sociedade comercial composta majoritariamente por ingleses. A nova organização teve a liderança de William MacLaren e incluía Archibald James Wall e Charles Frederick Chambers. Essa sociedade veio a dar origem à Empresa Cerâmica Portuense, que foi dissolvida em 1912. Nesse ano, a fábrica passou a estar sobre a alçada de uma nova firma, sob a designação de Chambers & Wall. Foi durante a sua gestão que a fábrica foi consumida pelo fogo, em Janeiro de 1920. O incêndio pôs fim à produção cerâmica na sua localização original, passando a decorrer em duas outras unidades. No início de 1936, a empresa acabou por ser vendida à Sociedade das Fábricas Cerâmica Lusitânia, SARL. Esta firma era de Lisboa e tinha várias fábricas por todo o país, focadas sobretudo nas cerâmicas de construção. Interrompeu a produção portuense nos meados da década de 1940 (Lacerda *et al*, 1998).

De acordo com Margarida Rebelo Correia, a partir de 1901 massifica-se a produção cerâmica em Massarelos sob a direção de William MacLaren. Este gestor tinha sido mestre na fábrica de louça de Sacavém, e por isso vários motivos decorativos eram idênticos aos daquela unidade. Com efeito, a partir desse período generalizam-se os fabricos em faiança fina e a impressão de decorações por decalcomania (Correia, 1998, p. 89).

A massificação no fabrico de faianças, assim como a gradual concentração do capital, gestão da produção e proletarização do trabalho, corresponderam a uma crescente homogeneização da cultura material. Esse processo de homogeneização tem vários séculos; no caso específico da produção cerâmica tem origens na regulamentação das olarias e na disseminação das faianças a partir do século XVI (Coelho, 2015). No entanto o liberalismo industrial conferiu-lhe um ritmo sem precedentes. Apesar de as fábricas de Sacavém ou Massarelos servirem sobretudo mercados regionais, elas tiveram em comum a produção de um sensorio específico que correspondeu ao tipo de faiança – dita “faiança fina” –, às técnicas decorativas – a impressão por decalcomania – e até aos motivos. Essa homogeneização, que implicava sobretudo o toque e o olhar, uniu pessoas de regiões distintas numa comunidade que era simultaneamente nacional e sensorial.

Os pratos decorados com a torre de Belém, produzidos em Massarelos entre 1904-1920 testemunham esse processo de formação da comunidade nacional-sensorial. Foi nesse período que o estado-nação liberal – tanto na sua forma monárquica como republicana – definiu a área monumental de Belém como espaço identificador da nacionalidade e das suas ambições imperiais (Peralta, 2017, p. 66-115). Edifícios do século XVI como a torre de Belém ou o mosteiro dos Jerónimos entraram pela primeira na cultura visual e no imaginário nacionalista da maioria dos portugueses. Foi assim que na remota raia transmontana, onde a maioria das pessoas não tinha sequer visto o oceano, se descobriu um país marítimo.

De qualquer modo, o país de Lisboa e do Porto não estava sozinho no sobrado e na cozinha de Albertina Tiago. A esmagadora maioria das cerâmicas encontradas na cozinha e uma parte significativa das do sobrado eram louças pretas. Estes objetos eram produzidos nas olarias de Vilar de Nantes, cerca de 25 quilômetros ao Sul de Cambedo (Vilas Boas, 1942).

As olarias da região de Chaves eram afamadas desde pelo menos o século XVIII, contando com um grande número de centros produtores. No entanto a produção de louça foi sendo gradualmente restringida a Samaiões, Selhariz e Vilar de Nantes. A louça desta última aldeia era reconhecida no século XIX como de boa qualidade, sobretudo para a cozinha, e vendia-se por todo Trás-os-Montes e na província galega de Ourense (Fernandes, 2012, p. 141-146). Carolina Michaëlis de Vasconcelos escreveu que os púcaros “tinham fama de finos e porosos” e eram estimados por quem tomava água na estação termal de Pedras Salgadas (Vasconcelos, 1921, p. 33).

As olarias de Vilar de Nantes dependiam quase inteiramente do trabalho familiar e os fornos eram comunitários (Vilas Boas, 1942). O trabalho ao torno era feito sazonalmente pelos homens, entre o fim de Março e o início de Outubro (Ferreira, 1983, p. 83). Por seu lado, as mulheres encarregavam-se da recolha da lenha para os fornos, da preparação inicial do barro, da venda da louça e do cuidado dos filhos. As mulheres carregavam a louça, normalmente à cabeça, e comercializavam-na de porta a porta pelas aldeias vizinhas, quer por dinheiro quer trocando por bens alimentares. A louça era também levada em burros até feiras e distribuía-se por ferrovia até lugares distantes, onde os compradores se diversificavam (Fernandes, 2012, p. 145-146). Em Cambedo ainda existe memória da venda ambulante de louça de Vilar de Nantes (*comunicação pessoal* de Aurinda Feijó, Agosto de 2018). A imigração massiva que principiou na década de 1960 e que levou ao despovoamento das aldeias transmontanas contribuiu para o desaparecimento gradual das olarias de Vilar de Nantes. Em 2012 existia apenas uma oleira ativa (Ferreira, 1983, p. 20-21; Fernandes, 2012, p. 146).

Apesar de estarem longe dos ministérios e dos centros do poder, foi no interior das casas camponesas transmontanas que se negociou a modernidade. As cerâmicas de Porto e Lisboa, ou até de Longport, estenderam um novo sensorio até à raia galego-portuguesa com a ajuda das ferrovias e do mercado capitalista. No entanto a comunidade nacional indexada a esse sensorio sobrepôs-se às relações locais e regionais mais antigas, que se articularam e reinventaram no quadro da modernidade. É nesse sentido que se deve interpretar a persistência de louças pretas na cozinha de Albertina Tiago, cujo aroma rematava o gosto das águas que só em Cambedo se conheciam.

CONCLUSÃO

Durante as escavações em Cambedo tivemos a visita regular de Manuel Guerra, que tinha 11 anos quando se bombardeou a aldeia (LUSA, 2018). Manuel conservava a memória do tiroteio e do terror sentido numa já longínqua infância. Essas lembranças acompanharam-no em Moçambique, onde foi comerciante no período colonial. Como muitos transmontanos, Manuel procurou fazer a sua vida adulta longe das dificuldades do Portugal rural e foi para África, de onde regressou no contexto da luta de libertação moçambicana. A vida desse homem é intersectada pela história de uma comunidade camponesa sujeita à violência do estado-nação e confunde-se simultaneamente com o projeto colonial. A colonialidade das relações sociais é complexa e frequentemente obscurecida, mas por vezes emerge com clareza, em circunstâncias específicas.

O verão de 2018 correspondeu a um desses momentos. Decorria então uma intensa discussão pública sobre os legados do colonialismo na sociedade portuguesa, e particularmente sobre a descolonização inacabada do seu espaço público. Esse foi o contexto em que preparamos e fizemos os trabalhos arqueológicos sobre a “guerra de Cambedo” em 1946. Em Dezembro desse ano, as autoridades portuguesas montaram cerco à aldeia

raiana com o intuito de desalojarem um grupo de guerrilheiros antifranquistas que ali se havia refugiado. Além da morte de guerrilheiros e guardas, a operação terminou com vários feridos, e a repressão sistemática de um grande número de civis. Essa operação de contrainsurgência espelhou um tipo de violência que vinha sendo aplicada a populações coloniais e que se consolidou durante as guerras de libertação em África entre 1961-1974. No contexto português, as memórias dos acontecimentos de Cambedo e dos conflitos coloniais foram sistematicamente marginalizadas por uma narrativa hegemônica que apresenta Portugal como um império benevolente e um país de bons costumes.

Porém, a violência que aqui estudamos é parte integrante do longo processo de construção do estado-nação moderno e da sua soberania. Esse processo começou muito antes da ditadura salazarista e pode ser examinado na materialidade da vida quotidiana de uma comunidade camponesa como a de Cambedo. O desconforto com essa configuração do estado-nação – que se impõe sobre a diversidade dos sujeitos nacionais, dissuade e reprime alternativas – está na origem tanto do projeto arqueológico sobre a “guerra de Cambedo” como do questionamento sobre o “Museu da Descoberta” e os legados coloniais durante o ano de 2018. Os protagonistas desses dois contextos convergiram na demanda pela descolonização do espaço público e por uma outra narrativa histórica.

Neste artigo procuramos entender de que modo a arqueologia pode ser um instrumento de descolonização no contexto português. Mais concretamente, como podemos contribuir para a desconstrução do estado-nação tal como se encontra configurado na narrativa hegemônica atual? Para respondermos a essa questão realizamos um exercício genealógico (Foucault, 1977) destinado a expor a emergência da modernidade nas circunstâncias específicas de Cambedo e o contexto contra-hegemônico que deu corpo ao projeto de investigação durante o ano de 2018. A proposta metodológica foi articulada através de três descobertas (Cf. González-Ruibal, 2018, p. 59-62), através das quais convidamos os leitores a refletirem sobre acontecimentos e conexões historicamente obscurecidas. Essas descobertas foram as do presente, da fronteira e da modernidade.

A descoberta do presente foi feita através do exame crítico das discussões em torno do “Museu da Descoberta” e da descolonização do espaço público, um contexto social e político do qual emergiu o próprio projeto arqueológico sobre a “guerra de Cambedo”. A descoberta da fronteira realizou-se com a análise da violência exercida pelas autoridades portuguesas sobre a aldeia de Cambedo no inverno de 1946, destinada a impor a soberania do estado sobre as práticas de hospitalidade tradicionais raianas. Essa violência deixou traços na aldeia: estilhaços de granadas de morteiro, impactos de balas na parede do antigo quartel da Guarda Fiscal, uma casa destruída. Foi nessa casa, a de Albertina Tiago, que fizemos a terceira descoberta. Na sua casa encontramos um conjunto de cerâmicas – louças pretas regionais, faianças do Porto e de Lisboa, e ainda um objeto inglês em ironstone – que documentam a progressiva integração – negociada localmente – da raia transmontana no regime sensorial do estado-nação e do seu projeto colonial.

Se olharmos para 1946, podemos reconhecer relações de poder que se manifestaram, em contínuo, nos antigos espaços coloniais e nas metrópoles sob ditaduras fascistas (Césaire, 1955). A colonialidade materializada nas ruínas da casa de Albertina, nos estilhaços de granadas e nas louças queimadas, é o produto de estratégias de dominação e controlo características da modernidade que ainda hoje têm expressão (Cf. Quijano, 2007). Enquanto arqueólogos, temos a responsabilidade de expor os traços materiais destas dinâmicas e contribuir para a construção de contra-narrativas.

AGRADECIMENTOS

O projeto “Cambedo 1946: Arqueologia da Resistência na Raia Galego-Portuguesa” teve a participação de Carlos Otero Vilariño, Márcia Lika Hattori, Rodrigo Paulos Bravo, Sonia García Rodríguez, Manuel António Franco Fernández e Umberto Albarella. O projeto foi apoiado por várias instituições, nomeadamente o programa de Cultural Heritage and Preservation Studies do Departamento de História de Arte de Rutgers University (EUA), o Instituto de Ciencias del Patrimonio/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, a Asociación de Veciños María Castaña (Espanha) e o Centro Social, Cultural e Desportivo de Vilarelho da Raia. Agradecemos a Carlos Lopes, António Guerra, Carlos Silva, Licínio Inocentes, Luís Videira, Aurinda Feijó, Manuel Guerra, Luís Gomes Coelho e à comunidade de Cambedo pela viabilização do projeto. Somos ainda devedores a Alfredo González-Ruibal, Paula Godinho, David Barreiros, Hande Sarikuzu, Pedro Schacht Pereira, Inês Beleza Barreiros, Patrícia Martins Marcos, Luís Sodré de Albuquerque, Chris Latimer, Isabel Maria Fernandes, Carlos Marín Suárez e aos revisores anónimos pelas suas leituras críticas e sugestões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. V. (2004). *An Earth-colored Sea: "Race", Culture, and the Politics of Identity in the Postcolonial Portuguese-speaking World*. New York: Berghahn Books.
- Anónimo (1937). *Instruções para o uso do Morteiro I. 8cm m/931*. Lisboa: Imprensa Beleza.
- Anónimo (1946, 28 de Dezembro). *Albertina Tiago*. PIDE, Registo Geral dos Presos 1932-1972, Livro 87 (PT/TT/PIDE/E/010/87/17275). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
- Anónimo (1948-1949). *Armas: Conhecimento das Armas Existentes*. Águeda: Secção Técnica da Escola Central de Sargentos.
- Anónimo. Debate: Museus das Descobertas: sim, não, talvez? (2018, 20 Jun). ICOM Portugal. Acessado em <http://icom-portugal.org/evento/debate-museus-das-descobertas-sim-nao-talvez/>.
- Assunção, A. P. (1997). *Fábrica de louça de Sacavém: Contribuição para o estudo da indústria cerâmica em Portugal, 1856-1974*. Lisboa: Inapa.
- Ayán Vila, X. M. (2008). El paisaje ausente: por un arqueología de la guerrilla antifranquista en Galicia. *Complutum* 19(2): 213-37.
- Azevedo, B. de F. R. da S. (2007). *Marcas da Loiça de Sacavém: A Variação dos Motivos da Loiça Cavalinho*. (Dissertação de mestrado inédita). Departamentos de Antropologia e História, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Ba, M. & Roldão, C. Racismo em 2017, um ano Negro? (2018, 17 Jan) *Buala*. Acessado em <https://www.buala.org/pt/mukanda/racismo-em-2017-um-ano-negro>.
- Baptista, J. D. (2004). A Guerra Civil Espanhola e os Barrosões. In *O Cambedo da Raia – Solidariedade Galego-Portuguesa Silenciada* (pp. 123-161). Ourense: Asociación Amigos da Republica.
- Billig, M. (1995). *Banal Nationalism*. London: Sage.
- Bishop, C. (2002). *The Encyclopedia of Weapons of World War II*. New York: MetroBooks.
- Canelas, L. Um memorial aos escravos para que Portugal se ponha no lugar das vítimas (2017, 22 Nov) *Público*. Acessado em <https://www.publico.pt/2017/11/22/local/noticia/um-memorial-aos-escravos-para-que-portugal-se-ponha-no-lugar-das-vitimas-1793404>.

- Castelo, C. (1999). *“O Modo Português de Estar no Mundo”: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Césaire, A. (1955). *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine.
- Coelho, R. G. (2015). An Empire of Clay. Ceramics and Discipline in the Early Modern Portuguese Empire. In Van Dyke, R. (Ed.) *Practicing Materiality* (pp. 100-123). Tucson: University of Arizona Press.
- Coelho, R. G. (2017). *Sensorial Regime of “Second Slavery”: Landscape of Enslavement in the Paraíba Valley (Rio de Janeiro, Brazil)*. Dissertação de doutoramento. Binghamton University, Binghamton.
- Coelho, R. G. No museu das palmadinhas nas costas. (2018, Jul 15) *Público*. Acessado em <https://www.publico.pt/2018/07/25/culturaipsilon/opiniao/no-museu-das-palmadinhas-nas-costas-1838847>.
- Coelho, R. G. (2019). An archaeology of decolonization: Imperial intimacies in contemporary Lisbon. *Journal of Social Archaeology* 19(2): 181-205.
- Correia, M. R. (1998). Datação e marcas na fábrica de Massarelos. In *Fábrica de Massarelos, Porto. Exposição Fábrica de Louça de Massarelos, 1763-1936* (pp. 87-89). Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis.
- Cortón, D. (2004). Cambedo 1946: Notas para Situar a Traxédia. In *O Cambedo da Raia: Solidariedade Galego-Portuguesa Silenciada* (pp. 51-71). Ourense: Asociación Amigos da Republica.
- Dias, J. (1949). Um “metate” em Vilarelho da Raia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 12(1-2): 173-178.
- Fernandes, I. M. (2012). *As Mais Antigas Coleções de Olaria Portuguesa: Norte*. Barcelos: Museu de Olaria, Município de Barcelos.
- Ferreira, J. M. C. (1983). *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional: Um Estudo de Campo e Três Ensaio Breves*. Lisboa: Imprensa Nacional—Casa da Moeda.
- Fontana, J. (2019). *Capitalismo y democracia 1756-1848. Cómo empezó este engano*. Barcelona: Crítica.
- Foucault, M. (1977). Nietzsche, Genealogy, History. In Bouchard, D. F. (Ed.) *Language, Counter Memory, and Practice: Selected Essays and Interviews* (pp. 139-164). Ithaca: Cornell University Press.
- Godden, G. A. (1964). *Encyclopaedia of British Pottery and Porcelain Marks*. Londres: Herbert Jenkins.
- Godinho, P. (2004). «Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946. In *O Cambedo da Raia: Solidariedade Galego-Portuguesa Silenciada* (pp. 157-227). Ourense: Asociación Amigos da Republica.
- Godinho, P. (2008). *Oír o galo cantar dúas veces. Identificacións locais, culturas das marches e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense.
- Godinho, P. (2017). *O Futuro é para Sempre: Experiência, Expectativa e Práticas Possíveis*. Lisboa: Letra Livre.
- González-Ruibal, A. (2018). *An Archaeology of the Contemporary Era*. Londres: Routledge.
- Grin, M. (2012). Excepcionalidade como ambivalência: versões do império colonial português e da nação miscigenada brasileira. In Hermann, J. & Catroga, F. (Eds.) *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro* (pp. 285-326). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Heine, H. (1982). *A Guerrilla Antifranquista en Galicia*. Vigo: Xerais.
- Henriques, J. G. Vinte e duas associações de afro-descendentes queixam-se de Portugal à ONU (2016, 5 Dez) *Público*. Acessado em <https://www.publico.pt/2016/12/05/sociedade/noticia/xxxx-associacoes-de-afrodescendentes-enviam-carta-a-onu-a-criticar-estado-1753485>.
- Jerónimo, M. B. (2015). *The ‘Civilising Mission’ of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Lacerda S., Alves, J. F. & Oliveira, J. (1998). A Fábrica de Cerâmica de Massarelos. Evolução Empresarial e Estruturas Edificadas. In *Fábrica de Massarelos, Porto. Exposição Fábrica de Louça de Massarelos, 1763-1936* (pp. 17-77). Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis.
- Lemos, J. E. S. (1947, 7 de Janeiro). *Relatório sobre os acontecimentos na povoação de Cambedo no concelho de Chaves*. Repartição de Gabinete do Ministro da Guerra, 1ª Secção, Ordem Pública (PT/AHM/FO/006/G/35). Arquivo Histórico Militar, Lisboa, Portugal.
- Loff, M. (2015). Estado, Democracia e Memória: Políticas Públicas e Batalhas pela Memória da Ditadura Portuguesa (1974-2014). In Loff, M., Piedade, F. & Soutelo, L. C. (Eds.) *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória* (pp. 23-143). Coimbra: Almedina.
- LUSA. O dia de guerra em Cambedo que a ditadura “escondeu”: “Foi horrível, só se ouviam as metralhadoras, era um cenário de guerra” (2018, 21 Ago) *Sapo24*. Acessado em <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/o-dia-de-guerra-em-cambedo-que-a-ditadura-escondeu-foi-horrivel-so-se-ouviam-as-metralhadoras-era-um-cenario-de-guerra>.
- Madeira, J., Pimentel, I. F. & Farinha, L. (coord.) (2007). *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Maíz, B. (1990). La Resistencia Antifranquista en Galicia (1936-54). In Álvarez, S., Hijonosa, J. & Sandoval, J. (coords.) *El movimiento guerrillero de los años 40* (pp. 61-68). Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas.
- Margato, C. A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou Expansão? (2018, 12 Abr) *Expresso*. Acessado em <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao-#gs.MX3qB8w>.
- Monteiro, J. P. (2018). *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado: Um Império Sob Escrutínio (1944-1962)*. Lisboa: Edições 70.
- Neves, A. L. & Pereira, J. A. (2004). O Silêncio. In *O Cambedo da Raia: Solidariedade Galego-Portuguesa Silenciada* (pp. 89-121). Ourense: Asociación Amigos da Republica.
- Pélissier, R. (1978). *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Revoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Pélissier.
- Peralta, E. (2017). *Lisboa e a Memória do Império: Património, Museus e Espaço Público*. Lisboa: Outro Modo.
- Pereira, H. S. (2010). Caminhos-de-ferro em Trás-os-Montes no século XIX: Das expectativas ao esquecimento. *Revista de Letras* 2(9): 285-304.
- Pereira, A. A. & Araújo, M. (2017). Raça, História e Educação no Brasil e em Portugal: desafios e perspectivas. *Educação & Realidade* 42(1): 1-22.
- PORDATA. (2019). Alunos matriculados no ensino superior. Acessado em 2019, 30 Nov <https://www.pordata.pt/>.
- Quijano, A. (2007). Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies* 21(2-3): 168-178.
- Rosas, F. (2016). História, (des)memória e hegemonia. In *História e Memória: A “Última Lição” de Fernando Rosas* (pp. 41-82). Lisboa: Tinta da China.
- Scott, J. (1998). *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press.
- Smith, L. (2006). *Uses of the Past*. Londres: Routledge.
- Stoler, A. N. (2016). *Duress: Imperial Durabilities in Our Times*. Durham: Duke University Press.
- Trouillot, M.-R. (1995). *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press.
- Vasconcelos, C. M. (1921). *Algumas Palavras a Respeito de Púcaros de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Vilas Boas, J. (1942). O Centro Oleiro de Vilar-de-Nantes. *Ethnos*, 2. 348-359.